

# Política comercial e a política externa: desencontros a serem evitados

Lia Baker Valls Pereira

Pesquisadora associada do FGV IBRE e professora da Faculdade de Ciências Econômicas da Uerj

O primeiro ano do governo foi marcado pelos desencontros da política comercial e da política externa. O que esperar para 2020?

Numa primeira avaliação a política de comércio exterior do ano de 2019 registra um saldo positivo em termos de ações/propostas de acordos comerciais. O governo ressaltou, desde o seu início, que a realização de acordos com países desenvolvidos seria um passo importante para consolidar a meta da abertura comercial. Sob esse aspecto, o término das negociações Mercosul-União Europeia (UE), assim como com a Associação Europeia de Livre-Comércio da Europa (Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein) foram anunciadas como conquistas no caminho da proposta de uma ampla reforma da tarifa externa comum que define o grau de proteção concedido pelas tarifas de importações nos países que compõem o Mercosul. Além disso, estariam em curso negociações com Singapura, Coreia do Sul, Japão, Canadá, entre outros e um possível acordo com os Estados Unidos.

No âmbito da América do Sul, o governo avançou na ampliação dos acordos comerciais já existentes, incluindo temas de serviços, compras de governo e adiantando prazos para a redução das tarifas de importações com o objetivo de acelerar a entrada em vigor do livre-comércio na região. Ademais fechou um acordo automotivo com a Argentina que levará ao livre-comércio nesse setor em 15 anos.

Acordos de comércio são acordos assinados entre Estados e precisam ser congruentes com o desenho da política externa de um país e com as diretrizes que compõem a ampla agenda de temas que integram os novos acordos. Nesse ponto, uma segunda avaliação conclui que o saldo é negativo. As declarações na área de meio ambiente, tema que ocupa uma posição prioritária na agenda dos países europeus, colocaram em risco a aprovação do acordo com a União Europeia. Quanto aos outros acordos é preciso esperar 2020, pois até o momento não

foram divulgadas notícias de como andam as negociações.

Elevar o grau de abertura comercial através de acordos é uma boa estratégia, mas com alguns custos. Alguns cronogramas de desgravação tarifária são longos e, logo, a esperada redução nos custos de produção via acesso aos insumos e bens de capital pode demorar. É custoso em termos de alocação de pessoal levar uma agenda com diversos países ao mesmo tempo. As concessões tarifárias e em outras áreas podem variar o que cria uma rede não muito transparente para os operadores do comércio exterior.

Uma reforma tarifária exige uma negociação com os nossos parceiros do Mercosul. É essencial uma posição coerente das diretrizes do Mercosul tanto do ponto de vista da política comercial como da política externa. Uma opção unilateral de fazer uma reforma tarifária tem que ser acompanhada de negociações constantes com os parceiros geográficos. Temas como trânsito de pes-

soas, segurança pública, infraestrutura não vão desaparecer porque o Mercosul não é mais prioridade do governo. Num momento em que a Argentina passa por uma grave crise e com possíveis mudanças nas diretrizes do novo governo, o exercício das negociações diplomáticas deve ser intensificado pelos dois países. Potenciais medidas prejudiciais aos setores brasileiros que o governo argentino tome e uma reforma unilateral do Brasil da tarifa externa comum podem deslançar um cenário de “guerra comercial” que não interessa a nenhum dos dois países

O segundo desencontro foram os interesses comerciais com a China e posições de alinhamento com os Estados Unidos. Em termos efetivos, o comércio com a China não foi prejudicado, mas desencontro de pronunciamentos é o pior cenário na esfera externa. A declaração de um


Em interesses  
multilaterais, não dá  
para escolher entre os  
países árabes e Israel,  
como não dá para  
escolher a China ou os  
Estados Unidos

representante oficial de um governo é considerada sempre relevante para o público externo, independentemente de como na esfera doméstica seja interpretada.

A crítica a posições de “alinha-

mento automático com os Estados Unidos” não deriva de avaliações ideológicas, mas da constatação empírica de que os interesses comerciais/econômicos do Brasil são multilaterais. Não dá para escolher entre os países árabes e Israel, como não dá para escolher a China ou os Estados Unidos.

As posições são coerentes na política comercial e externa quando se parte de uma análise objetiva dos interesses dos setores domésticos e que depois deve avaliar o cenário internacional seus constrangimentos e oportunidades.

As tensões comerciais entre a China e os Estados Unidos não vão desaparecer, mesmo que se chegue a uma trégua comercial temporária. A questão da liderança tecnológica é o pano de fundo dessa tensão e o Brasil tem que construir a sua melhor estratégia. 



## CONJUNTURA ECONÔMICA

### Assinaturas e renovações

conjunturaeconomica@fgv.br

Rio de Janeiro:  
(21) 3799-6844

Outros estados:  
0800-025-7788 (ligação gratuita)